



'SOCIEDADE
PORTUGUESA
DE ESCLEROSE
MÚLTIPLA.

ESTATUTOS

Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária no dia 29 de junho de 2019

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Índice

CAPITULO I – CONSTITUIÇÃO E FINS	4
Artigo 1º - Denominação, Âmbito e Sede	4
Artigo 2º - Missão.....	4
Artigo 3º - Actividade.....	4
CAPITULO II – ASSOCIADOS	5
Artigo 4º - Categorias de Associados.....	5
Artigo 5º - Processo de admissão.....	6
Artigo 6º - Quotização.....	6
Artigo 7º - Direitos dos Associados.....	7
Artigo 8º - Deveres dos Associados	7
Artigo 9º - Sanções.....	8
Artigo 10º - Procedimento Disciplinar.....	8
Artigo 11º - Perda da qualidade de Associado	9
CAPITULO III – ESTRUTURAS NACIONAIS DA INSTITUIÇÃO	9
Secção I – Geral.....	9
Artigo 12º - Órgãos nacionais da Instituição	9
Artigo 13º - Composição dos órgãos.....	10
Artigo 14º - Incompatibilidades.....	10
Artigo 15º - Impedimentos.....	10
Artigo 16º - Eleição e mandato.....	11
Artigo 17º. Vacatura	11
Artigo 18º - Funcionamento dos órgãos em geral.....	12
Secção II – Assembleia Geral	12
Artigo 19º - Constituição e voto.....	12
Artigo 20º - Assembleia Geral Ordinária.....	12
Artigo 21º - Assembleia Geral Eleitoral	13
Artigo 22º - Assembleia Geral Extraordinária.....	13
Artigo 23º - Convocação da Assembleia Geral.....	13
Artigo 24º - Reuniões da Assembleia Geral.....	14

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 25º - Deliberações da Assembleia Geral.....	14
Artigo 26º - Competências da Assembleia Geral	15
Secção III – Mesa da Assembleia Geral.....	16
Artigo 27º - Composição e vacatura	16
Artigo 28º - Competências	16
Secção IV - Direcção	17
Artigo 29º - Composição.....	17
Artigo 30º - Competências	18
Artigo 31º - Atribuições e mandatos	18
Artigo 32º - Cessação de responsabilidades	19
Artigo 33º - Reuniões	19
Secção V – Conselho Fiscal.....	19
Artigo 34º - Composição e vacatura.....	19
Artigo 35º – Competências.....	20
CAPÍTULO IV – ESTRUTURAS REGIONAIS DA INSTITUIÇÃO	20
Artº 36º- Estruturas regionais e órgãos de coordenação	20
Artigo 37º - Eleições e mandato.....	21
Artº 38º Competências dos órgãos de coordenação regional.....	21
CAPITULO V – REGIME ELEITORAL	22
Secção I - ÓRGÃOS NACIONAIS	22
Artigo 39º - Capacidade Eleitoral	22
Artigo 40º - Data da eleição	22
Artigo 41º - Apresentação das candidaturas.....	22
Artigo 42º - Verificação das candidaturas.....	23
Artigo 43º - Publicação das listas provisórias	23
Artigo 44º - Reclamações.....	24
Artigo 45º - Ordenação e afixação das listas	24
Artigo 46º - Recursos para campanha	24
Artigo 47º - Assembleia eleitoral	24
Artigo 48º - Cadernos eleitorais.....	25
Artigo 49º - Funcionamento	25

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 50º - Meios de votação.....	25
Artigo 51º - Direito de voto	26
Artigo 52º - Boletins de voto.....	26
Artigo 53º - Votação	26
Artigo 54º - Encerramento da votação	26
Artigo 55º – Dúvidas, reclamações e protestos.....	27
Artigo 56º - Contagem de votos	27
Artigo 57º - Acta das operações eleitorais.....	27
Artigo 58º - Apuramento definitivo	28
Artigo 59º - Eleição dos membros.....	28
Artigo 60º - Não eleição dos membros.....	28
Artigo 61º - Publicação dos resultados	28
CAPITULO VI – REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO	29
Artigo 62º - Património	29
Artigo 63º - Receitas e despesas.....	29
CAPITULO VII – EXTINÇÃO	29
Artigo 64º - Extinção.....	29
Artigo 65º – Liquidação.....	29
CAPITULO VIII – DIVERSOS.....	30
Artigo 66º - Casos omissos.....	30

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

CAPITULO I – CONSTITUIÇÃO E FINS

Artigo 1º - Denominação, Âmbito e Sede

1. **A Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla**, adiante designada por “**SPEM**”, legalmente constituída sob a forma de Associação, por escritura pública no dia quatro de Dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro, é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, que se rege pelas disposições da lei aplicável e pelos presentes Estatutos.
2. A **SPEM** tem a sua sede na Rua Zófimo Pedroso, números sessenta e seis a setenta, em Lisboa, e o seu âmbito de ação abrange o território nacional.
3. **A SPEM** pode nomear correspondentes e estabelecer delegações ou outras formas de representação, com observância das formalidades legais e estatutárias.

Artigo 2º - Missão

A **SPEM** tem como missão contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de Esclerose Múltipla e das pessoas que com eles convivem, nomeadamente no que refere à integração social e comunitária.

Artigo 3º - Actividade

1. Para prossecução da sua finalidade, a **SPEM** poderá levar a cabo, entre outras, as seguintes actividades:

- a) Intervir junto dos organismos competentes, no sentido de serem facultadas aos doentes todas as formas de apoio.
- b) Colaborar com as autoridades de saúde no sentido de:
 - i. Obter um conhecimento primário mais eficaz por parte da classe médica;
 - ii *Melhorar o acesso ao diagnóstico e vigilância por especialistas qualificados;*

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

- iii Promover a abordagem multidisciplinar da Esclerose Múltipla com profissionais das várias áreas envolvidas, nomeadamente médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, bem como voluntários;
- c) Proporcionar aos doentes e seus familiares informações sobre as formas mais correctas de enfrentar a patologia.
- d) Divulgar a investigação e pesquisa, para manter actualizada a informação científica.
- e) Sensibilizar e consciencializar a sociedade civil à cerca das características da doença e das necessidades e dificuldades dela decorrentes.
- f) Prestar ou promover a prestação de cuidados de saúde de reabilitação.
- g) Promover acções de formação para prestadores de cuidados.
- h) Promover outras respostas sociais, não incluídas nos pontos anteriores, desde que contribuam para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos.

2.A **SPEM** pode associar-se ou filiar-se em organizações nacionais ou internacionais, designadamente as que prossigam objectivos idênticos, bem como celebrar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas.

3.A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade podem constar de regulamentos internos, a aprovar pela Direcção.

4.Os serviços prestados pela **SPEM** serão tendencialmente gratuitos, considerando a sustentabilidade da Instituição e a situação económica dos utentes, devidamente evidenciada com aplicação de critérios bem definidos. Estes critérios serão sempre elaborados em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPITULO II – ASSOCIADOS

Artigo 4º - Categorias de Associados

1.Podem ser Associados da **SPEM** as pessoas singulares ou colectivas, com as seguintes categorias:

- a) **Efectivos** – as pessoas singulares ou colectivas que, obrigando-se ao pagamento de uma quota, se proponham colaborar na realização dos fins da Instituição;

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

b) **Honorários** – as pessoas, singulares ou colectivas a quem, por proposta da Direcção, tal qualidade venha a ser atribuída pela Assembleia Geral, em atenção aos relevantes serviços prestados no combate à doença e na realização dos fins da Instituição; estes sócios não pagam quotas.

c) **Extraordinários** - as pessoas singulares ou colectivas que, não se obrigando ao pagamento de uma quota, se proponham colaborar na realização dos fins da Instituição. Neste caso incluem-se todos os associados que tenham perdido a qualidade de efectivos e não tenham sofrido qualquer pena disciplinar ou quaisquer associados de pessoas colectivas com quem a SPEM estabeleça protocolos que incluam explicitamente essa opção em clausula especifica;

2. Os Associados Efectivos Colectivos, representados nas Assembleias pelas pessoas singulares designadas para o efeito, têm apenas direito a um voto. O Associado Colectivo pode alterar a sua representação até 20 dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia a que respeitar essa representação.

Artigo 5º - Processo de admissão

1. Os candidatos a Associados devem preencher uma ficha de inscrição, em suporte papel ou digital, ou através do formulário online disponível no site da **SPEM**. Em qualquer dos casos, as propostas devem incluir os elementos necessários à identificação do candidato a Associado.

2. As pessoas colectivas candidatas a Associados devem, ainda, entregar uma autorização que credencie a pessoa singular indicada, a representá-la.

3. O estatuto de Associado será concedido uma vez totalmente preenchida a ficha de inscrição e formalizado o pagamento da primeira quotização.

4. Os associados da **SPEM** assumem o compromisso de desenvolver os melhores esforços e dedicação à prossecução dos objectivos da Instituição, consignados nos presentes Estatutos.

Artigo 6º - Quotização 1. A quota pode ser anual ou vitalícia, sendo os seus valores a propôr pela Direcção, para aprovação em Assembleia Geral.

2. A quota anual pode ser paga em uma ou duas fracções, anual ou semestral.

3. O Associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Instituição, não tem o direito de reaver as quotizações.

4. As verbas pagas acima do valor da quota, serão consideradas como donativos.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

5. Em caso de comprovadas dificuldades financeiras no pagamento das quotas, poderá ocorrer a redução das mesmas, segundo critérios propostos pelos Serviços Sociais em conjunto com a Direcção e aprovados em Assembleia Geral.

Artigo 7º - Direitos dos Associados

1. Os Associados têm os direitos consignados nestes Estatutos, designadamente os seguintes:

- a) Usufruir dos eventuais benefícios estabelecidos no âmbito dos objectivos da **SPEM**, incluindo a utilização dos serviços que a SPEM disponibilize;
- b) Apresentar sugestões e reclamações relativamente à actividade da instituição;
- c) Sedo Efectivos, admitidos na instituição há mais de 3 meses e de maior idade:
 - c1) Participar nas Assembleias ou fazer-se representar por procuração;
 - c2) Eleger e ser eleitos para os órgãos da Instituição, no cumprimento das disposições legais aplicáveis;
 - c3) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral nos termos do artigo 22º;
 - c4) Examinar, na Sede e durante as horas normais de expediente, dentro dos quinze dias que antecedem qualquer Assembleia, os documentos em apreço nessa assembleia, desde que o requeiram, por escrito, com a antecedência mínima de dois dias;
- d) Apresentar sugestões e reclamações relativamente à actividade da Instituição.

2. Os Associados só podem exercer os direitos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior, se tiverem em dia o pagamento das quotas.

3. Só podem ser eleitos para os órgãos nacionais os Associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.

4. Não são elegíveis para os Corpos Gerentes os Associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos de membros dos órgãos sociais da **SPEM** ou de qualquer outra Instituição Particular de Solidariedade Social ou que tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 8º - Deveres dos Associados

Sem prejuízo de outros deveres estatutários ou regulamentares, constituem deveres dos Associados:

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

- a) Exercer com zelo e eficiência os cargos, comissões ou representações para que tenham sido eleitos, nomeados ou mandatados;
- b) Defender e promover o bom nome da **SPEM**, contribuir para o seu prestígio e abster-se de qualquer acto lesivo do património ou imagem da mesma;
- c) Pagar pontualmente as quotas;
- d) Comunicar a mudança de residência, de telefone, de endereço electrónico e outras informações relevantes para manter actualizada a informação do Associado;
- f) Observar as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos Órgãos Sociais.

Artigo 9º - Sanções

1. Os Associados que violarem os seus deveres estatutários, estão sujeitos às seguintes sanções:

- a) Advertência, registada ou não;
- b) Suspensão de direitos até dois anos;
- c) Demissão.

2. A pena de advertência é aplicada à prática de faltas leves, nomeadamente por violação dos estatutos, por mera culpa ou negligência, sem consequências graves ou pela não aceitação injustificada dos cargos para que tiverem sido eleitos.

3. A suspensão de direitos é aplicada à prática de faltas graves, cometidas com negligência, com consequências relevantes e não desobriga ao pagamento de quotas.

4. A demissão é aplicável nos casos de faltas muito graves, designadamente:

- a) Reincidência em procedimento doloso contrário aos estatutos e regulamentos internos;
- b) Condenação por qualquer crime considerado infamante ou degradante;
- c) Injúrias ou difamação dirigidas à **SPEM**, independentemente do cumprimento da obrigação de indemnizar os danos causados.

5. Compete à Direcção a aplicação das sanções previstas nas alíneas a) e b) do ponto 1 e à Assembleia Geral a aplicação da sanção prevista na alínea c) do mesmo número.

Artigo 10º - Procedimento Disciplinar

1. A intenção de aplicar qualquer uma das sanções previstas no artigo anterior, deve ser precedida de comunicação escrita ao Associado, que contenha a descrição circunstanciada dos factos que lhe são imputados.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

2. O Associado poderá apresentar a sua defesa, no prazo de 10 dias, podendo juntar documentos e arrolar até três testemunhas.
3. No caso de serem indicadas testemunhas, estas serão ouvidas pela Direcção e os seus depoimentos reduzidos a escrito e assinados pelas mesmas.
4. Concluída a produção de prova, a Direcção proferirá decisão que comunicará ao Associado, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. A demissão de um Associado, uma vez deliberada pela Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da Direcção, tem de reunir um voto favorável de, pelo menos, dois terços dos Associados presentes e/ou representados, expresso através de escrutínio secreto.

Artigo 11º - Perda da qualidade de Associado e Associado Efectivo

Perdem a qualidade de Associado:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que forem demitidos nos termos dos Artºs. 9 e 10.

Perdem a qualidade de Associado Efectivo os que tiverem o pagamento das suas quotas com atraso superior a doze meses e uma vez notificados para procederem a esse pagamento, o não façam no prazo de 30 dias.

CAPITULO III – ESTRUTURAS NACIONAIS DA INSTITUIÇÃO

Secção I – Geral

Artigo 12º - Órgãos nacionais da Instituição

1. São órgãos da **SPEM**:

- a) a Assembleia Geral;
- b) a Assembleia de Representantes
- c) a Direcção;
- d) o Conselho Fiscal.

2. O exercício de qualquer dos cargos dos titulares dos órgãos da **SPEM** é voluntário e gratuito, podendo, no entanto, justificar o pagamento de despesas dele derivadas, mediante aprovação prévia de, pelo menos, 3 membros da Direcção.

3. Os funcionários da SPEM que integrem qualquer órgão social da instituição

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

mantêm a obrigação de cumprimento das obrigações para as quais são remunerados, incluindo o período de prestação do serviço

Artigo 13º - Composição dos órgãos

1. A Direcção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Associação.

2. O cargo de Presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Associação

Artigo 14º - Incompatibilidades

1. Nenhum titular da Direcção pode ser simultaneamente titular do Conselho Fiscal.

2. Os titulares dos órgãos referidos no número anterior não podem ser simultaneamente membros da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 15º - Impedimentos

1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2º. grau da linha colateral.

2. Os titulares dos membros da Direcção não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação, devidamente documentado e aprovado por, pelo menos, 3 membros efetivos.

3. Os titulares dos órgãos não podem exercer actividade conflituante com a da Associação.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:

a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transacção efectuada;

b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 16º - Eleição e mandato

1. O processo eleitoral dos titulares dos órgãos nacionais obedecerá ao regime eleitoral estabelecido nos presentes Estatutos.
2. O mandato dos titulares dos órgãos nacionais eleitos é de quatro anos.
3. Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
4. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante e deve ter lugar no prazo de 30 dias seguintes à eleição.
6. Caso o Presidente cessante da Mesa da Assembleia não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
7. O Presidente da Direcção não poderá ser reeleito para mais de 3 mandatos consecutivos.
8. Os titulares dos órgãos nacionais não podem ser reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do sector público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

Artigo 17º. Vacatura

1. As vagas que se verificarem nos titulares dos órgãos sociais nacionais eleitos, serão preenchidas pelos respectivos suplentes, pela ordem constante da lista.
2. Caso não existam suplentes e não se verifique a vacatura da maioria dos cargos de um dado órgão, poderão ser eleitos novos membros em próxima assembleia geral ordinária. No caso de se verificar a vacatura da maioria dos cargos, realizar-se-ão, no prazo máximo de trinta dias, eleições para o respetivo órgão.
3. O termo do mandato dos titulares designados conforme o número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 18º - Funcionamento dos órgãos em geral

1. A Direção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respectivos Presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
2. A Direcção e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
4. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais, ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.
5. Das reuniões dos órgãos sociais serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa.

Secção II – Assembleia Geral

Artigo 19º - Constituição e voto

A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias, extraordinárias e eleitorais e é constituída por todos os Associados com direito a nela participar nos termos estatutários, admitidos há mais de três meses, no pleno exercício dos seus direitos, tendo cada Associado direito a um voto.

Artigo 20º - Assembleia Geral Ordinária

1. A Assembleia Geral reúne, em sessão ordinária;:
 - a) Até 31 de março de cada ano, para apreciar o relatório e as contas do exercício do ano anterior e o parecer do Conselho Fiscal e deliberar a tal respeito;
 - b) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal;
 - c) No final de cada mandato, até ao final do mês de dezembro para eleição dos titulares dos órgãos associativos.
2. Nas sessões ordinárias, a Assembleia Geral pode tratar de qualquer assunto de sua competencia, desde que este tenha sido incluído na Ordem de Trabalhos e na convocatória,

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 21º - Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral reúne, em sessão extraordinária, quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, ou sempre que a Direcção ou o Conselho Fiscal o solicitar, ou ainda, a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos Associados no pleno gozo dos seus direitos, neste último caso com observância do seguinte:

- a) Para a Assembleia poder reunir é necessária a comparência de, pelo menos, três quartos dos requerentes;
- b) Se a Assembleia não se realizar, por falta do número mínimo dos requerentes, os que faltarem serão obrigados a pagar as despesas feitas com a respectiva convocatória, salvo se justificarem a sua falta com motivo de força maior, devidamente documentado.

Artigo 22º - Assembleia de Representantes

1. A Assembleia de Representantes da SPEM é composta pelos membros eleitos das coordenações das estruturas regionais e por outros membros eleitos expressamente para o efeito, nos termos definidos em regulamento eleitoral próprio, aprovado pela Assembleia Geral.

2. Para todos os efeitos a Assembleia de Representantes quando constituída nos termos da Lei e destes Estatutos substituirá a Assembleia Geral nos assuntos que estes estatutos determinam, será conduzida pela Mesa da Assembleia Geral e convocada nos seus termos regimentais.

Artigo 23º - Convocação da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral Ordinária deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto.

2. A convocatória é enviada para cada Associado, por meio de aviso postal ou correio electrónico. Deverá ser afixada na Sede, dela constando obrigatoriamente o dia, hora, local e a Ordem dos Trabalhos.

3. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias, após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

4. Independentemente das convocatórias, deve ser dada publicidade à realização das Assembleias Gerais nas edições da Associação, no sítio institucional da Associação e

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

em aviso afixado em locais de acesso ao público, nas instalações e estabelecimentos da Associação, bem como através de anúncio publicado em dois jornais de maior circulação da área onde se situa a Sede da Associação.

5. Os documentos referentes aos diversos pontos da Ordem de Trabalhos, disponíveis para consulta na sede e em local reservado no sítio institucional da Associação, podem, sempre que possível, ser enviados ao Associado, por correio electrónico, mediante pedido escrito do mesmo.

Artigo 24º - Funcionamento da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou meia hora depois, com qualquer número de presenças.

2. A assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Associados só pode reunir se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes;

3. Se a assembleia geral extraordinária convocada a requerimento dos associados não se realizar, por falta do número mínimo dos requerentes, os que faltarem serão obrigados a pagar as despesas feitas com a respectiva convocatória, salvo se justificarem a sua falta com motivo de força maior, devidamente documentado.

Artigo 25º - Deliberações da Assembleia Geral

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples dos votos dos Associados presentes ou representados, não se contando as abstenções.

2. As deliberações sobre matérias constantes das alíneas e) f) e g) do artigo 26º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.

3. No caso da alínea e) do artigo 26º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de Associados igual ao dobro dos membros dos órgãos sociais, se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

4. As deliberações da Assembleia Geral provam-se pelas suas actas, depois de aprovadas, das quais constará o número de Associados presentes à respectiva sessão.
5. As certidões das actas e dos documentos nelas referidos, só podem ser requeridas pelos Associados ou por pessoas directamente interessadas, para instrução de processos, recursos ou reclamações, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e são passadas por um dos Secretários, no prazo de oito dias úteis, a contar da data da sua apresentação.
6. As certidões são limitadas às deliberações tomadas e aos documentos que lhe digam respeito.
7. É admitido o voto por correspondência, se tal constar da convocatória, sob condições de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da Ordem dos Trabalhos e devendo definir a forma de reconhecimento da assinatura do Associado.
8. São anuláveis todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da Ordem dos Trabalhos fixada na Convocatória, salvo se, estando presente a totalidade dos Associados ou seus representantes, todos concordarem com o aditamento.
9. Os Associados podem fazer-se representar por outros Associados nas reuniões da Assembleia Geral, mas devem emitir um documento escrito a conferir poderes ao representante, a qual deverá ser entregue à Mesa da Assembleia Geral, antes do início da Ordem dos Trabalhos, não podendo cada Associado representar mais de um Associado.

Artigo 26º - Competências da Assembleia Geral

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:
 - a) Definir as linhas fundamentais da actuação da Instituição;
 - b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
 - c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o ano seguinte, bem como o relatório e contas da Direcção;

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
 - e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Sociedade;
 - f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respectivos bens;
 - g) Autorizar a **SPEM** a demandar os membros dos Corpos Gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
 - h) Aplicar penas de demissão aos Associados;
 - i) Deliberar sobre a concessão da qualidade de Associado Honorário;
 - j) Deliberar sobre os montantes das quotas anual e vitalícia a pagar pelos Associados, sob proposta da Direcção;
 - k) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse para a **SPEM**;
 - l) Eleger comissões de inquérito;
 - m) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.
2. As competências acima descritas podem ser exercidas pela Assembleia de Representantes, com exceção das mencionadas nas alíneas b), d), e), e f).

Secção III – Mesa da Assembleia Geral

Artigo 27º - Composição e vacatura

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, por um Primeiro Secretário e por um segundo Secretário.
2. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral é substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro Secretário ou, na sua falta, pelo segundo Secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos Secretários, a Assembleia Geral escolherá os respectivos substitutos de entre os Associados presentes na reunião, os quais cessam as suas funções no termo da reunião.
4. Nenhum titular da Direcção ou do Conselho de Fiscal pode ser membro da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 28º - Competências

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia
2. Compete especialmente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
 - a) Convocar a Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos;
 - b) Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros da Associação, nos casos em que a lei a isso obrigar e rubricar as actas;
 - c) Dar posse aos titulares dos Corpos Gerentes e das comissões eleitas em Assembleia Geral;
 - d) Apreciar as justificações a que se refere a alínea b) do artigo 22º;
 - e) Verificar a regularidade das listas concorrentes ao acto eleitoral e a elegibilidade dos candidatos;
 - f) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
3. Compete especialmente aos Secretários:
 - a) Lavrar as actas e passar as certidões;
 - b) Preparar o expediente das sessões e dar-lhe seguimento.
4. A Direcção pode nomear terceiras pessoas, que se designam como Pró-Directores para a coadjuvar nas suas atribuições e competências

Secção IV - Direcção

Artigo 29º - Composição

1. A Direcção é o órgão executivo competindo-lhe em geral gerir e representar a **SPEM**, através da prática de actos necessários à prossecução dos seus fins
2. A Direcção da **SPEM** é composta por cinco membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais, que decidirão entre si a distribuição dos respectivos pelouros e atribuições.
3. No caso de vacaturas, estas serão preenchidas pelos suplentes, pela ordem que constem da respectiva lista.
4. A Direcção pode nomear terceiras pessoas, que se designam como Pró-Directores para a coadjuvar nas suas atribuições e competências.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 30º - Competências

Compete especialmente à Direcção:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços centrais
- c) Coordenar as estruturas de âmbito regional;
- d) Emitir orientações para a elaboração e controlo do plano de actividades e para o controlo financeiro de todas as estruturas;
- e) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal, o Relatório e Contas de Gerência, bem como o Orçamento e Plano de acção para o ano seguinte;
- f) Elaborar os regulamentos internos que se mostrem adequados e promover a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- g) Contratar o quadro de pessoal da instituição e organizar e gerir o pessoal da sede
- h) Representar a **SPEM** em juízo ou fora dele;
- i) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;
- j) Providenciar sobre fontes de receita;
- k) Elaborar e manter actualizado o inventário da Instituição;
- l) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral a proposta de fixação das quotas anual e vitalícia;
- m) Celebrar e assinar acordos de cooperação com serviços oficiais ou outras Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- n) Aceitar heranças, legados ou doações;
- o) Gerir o processo de admissão dos Associados, aplicar sanções ou propor a sua demissão;
- p) Manter actualizado o registo dos Associados;
- q) Desenvolver e pôr em prática as acções directas ou indirectas que dêem consecução aos objectivos da Instituição;
- r) Gerir conteúdos no sítio da internet da SPEM e em todos os meios digitais de que esta dispuser.
- s) Apoiar supletivamente as estruturas regionais, na medida das disponibilidades financeiras existentes e dos serviços prestados aos Associados

Artigo 31º - Atribuições e mandatos

1.As competências da Direcção serão distribuídas pelos seus membros através da definição dos respectivos pelouros de responsabilidade.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Poderão ainda ser delegadas competências da Direcção, no todo ou em parte, em terceiras pessoas que não tenham a qualidade de membros da Direcção, através de mandato adequado, seja tendo em vista a prática de um ou mais actos concretamente especificados, seja tendo em vista a atribuição de missões específicas no domínio da realização dos fins estatutários.

2. A Instituição obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros da Direcção, sendo uma sempre a do Presidente ou do membro da Direcção em quem o Presidente delegue por escrito poderes para o efeito, salvo nos casos seguintes:

- a) Os membros da Direcção com competência delegada obrigam a Instituição, no âmbito do respectivo pelouro de responsabilidades, com a sua simples assinatura;
- b) Os mandatários obrigam a Instituição, nos exactos termos constantes do respectivo instrumento de mandato;
- c) Para os actos de mero expediente bastará a assinatura de um só membro da Direcção ou de um só mandatário, ressalvados por escrito, quanto a este os limites do mandato.

Artigo 32º - Cessação de responsabilidades

Decorridos seis meses sobre a aprovação pela Assembleia Geral do relatório, dos actos e das contas do exercício e respectivo parecer do Conselho Fiscal, os membros da Direcção ficam ilibados de responsabilidade para com a Instituição, excepto quando os documentos publicados sejam omissos ou contenham informações falsas.

Artigo 33º - Reuniões

1. A Direcção reúne com a periodicidade que garanta o bom funcionamento da Instituição e dos seus serviços e só poderá deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus membros, sendo das mesmas lavradas actas.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

Secção V – Conselho Fiscal

Artigo 34º - Composição e vacatura

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos que entre si elegem o Presidente.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

2. No caso de vacaturas serão estas preenchidas pelos suplentes, pela ordem em que constem da respectiva lista.

Artigo 35º – Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da instituição, podendo, nesse âmbito, efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

- a) Fiscalizar a Direção, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação;
- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

2. Os membros Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo presidente da Direção.

CAPÍTULO IV – ESTRUTURAS REGIONAIS DA INSTITUIÇÃO

Artº 36º- Estruturas regionais e órgãos de coordenação

1. Podem existir estruturas regionais, com as seguintes designações consoante a sua abrangência:

- a) Delegação, quando abranja os associados de um distrito ou grupos de distritos;
- b) Núcleo, quando abranja um concelho ou grupo de concelhos;
- c) Pólo, para dimensão inferior a concelho.

2. As estruturas referidas em 1. terão órgãos de gestão com a seguinte composição mínima:

Delegações: três membros
Núcleo: dois membros
Pólo: um membro

O coordenador da estrutura é eleito pelos membros do órgão de gestão.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

3. Os núcleos podem integrar a delegação da sua área de abrangência; os pólos podem integrar o núcleo ou a delegação da sua área de abrangência.
4. Os órgãos de coordenação são eleitos pelos associados da respectiva área de abrangência.
5. Na impossibilidade de eleição para um órgão de coordenação os Associados propostos são para o efeito validados pela Direção Nacional.
6. O exercício das funções de coordenação das estruturas regionais é voluntário e gratuito, podendo no entanto justificar o pagamento de despesas dele derivadas, com limites fixados .

Artigo 37º - Eleições e mandato

1. O regulamento eleitoral para as coordenações das estruturas regionais é aprovado em Assembleia Geral da **SPEM**.
2. O mandato dos membros dos órgãos de coordenação regional eleitos é de quatro anos, renovável, não podendo exceder 12 anos consecutivos.

Artº 38º Competências dos órgãos de coordenação regional

Compete especialmente aos órgãos de coordenação de âmbito regional, na sua área de atuação:

1. Identificar as principais necessidades dos associados;
2. Organizar a prestação de serviços aos associados no âmbito dos presentes estatutos, por prestação direta ou através de instituições da área social, de saúde, autárquicas ou outras;
3. Organizar e gerir o quadro de pessoal, submetendo à aprovação da direcção nacional a contratação de pessoal remunerado na sua dependência;
4. Contribuir para a sustentabilidade da estrutura, de modo a cobrir as despesas necessárias ao seu funcionamento;
5. Efetuar o planeamento anual da actividade, tanto do funcionamento regular como das actividades pontuais, segundo as linhas gerais de orientação nacionais e submete-lo à aprovação da Direcção Nacional até 31 de Outubro de cada ano;
6. Reportar à Direcção Nacional sobre as realizações trimestral e anual do respectivo plano de actividades, até ao final do mês seguinte em relação a cada período.
7. Reportar mensalmente à Direcção Nacional todos os movimentos contabilísticos necessários à integração nacional das contas da **SPEM**.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

8. Integrar obrigatoriamente a assembleia de representantes, caso exista, conferindo-lhe representatividade, nos termos do regulamento desta.

CAPITULO V – REGIME ELEITORAL

Secção I - ÓRGÃOS NACIONAIS

Artigo 39º - Capacidade Eleitoral

1. Gozam de capacidade eleitoral os Associados efectivos da **SPEM** com as quotas em ordem à data da Assembleia Eleitoral.
2. Os associados colectivos serão representados na Assembleia Eleitoral pelos elementos por eles designados na ficha de inscrição, representando apenas um voto, podendo alterar o nome da pessoa que os representa, com pelo menos, quinze dias de antecedência.

Artigo 40º - Data da eleição

1. As eleições efectuar-se-ão na Assembleia Geral convocada expressamente para o efeito.
2. O local e horas das eleições presenciais, bem como a possibilidade de votação por correspondência, serão divulgados através de convocatória, a qual será:
 - a) endereçada a todos os Associados por via postal ou correio electrónico
 - b) divulgada na página web da **SPEM** – www.spem.pt.
3. A convocatória terá de ser enviada e divulgada com 40 dias de antecedência da data da eleição.

Artigo 41º - Apresentação das candidaturas

1. A apresentação das candidaturas efectua-se pela entrega ao Presidente da Assembleia Geral dos seguintes documentos:
 - a) lista dos candidatos e respectivos cargos, efectivos e suplentes, à eleição para a totalidade dos Corpos Gerentes da **SPEM**, subscrita por aqueles;
 - b) indicação dos mandatários das listas;
 - c) programa de acção de cada candidatura.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

2. As listas para cada órgão poderão apresentar até 2 suplentes cada.
3. As candidaturas deverão ser apresentadas entre os 30 e 20 dias anteriores à data fixada para a eleição.
4. As listas de candidaturas têm de ser subscritas por um número mínimo de vinte e cinco Associados no pleno gozo dos seus direitos associativos, ao momento da subscrição, nomeadamente no que se refere ao pagamento actualizado das quotas.

Artigo 42º - Verificação das candidaturas

1. Nos três dias subsequentes ao termo do prazo de apresentação das candidaturas, o Presidente da Assembleia Geral verificará a regularidade do processo, a elegibilidade dos candidatos e a capacidade eleitoral dos subscritores das listas
2. Verificando-se alguma irregularidade processual, aquela entidade deverá notificar o mandatário da lista respectiva para supri-la no prazo de 2 dias.
3. Serão rejeitados os candidatos inelegíveis, sendo imediatamente notificado o mandatário da lista respectiva para que se proceda à sua substituição no prazo de 2 dias, sob pena de rejeição de toda a lista.
4. No caso das listas não conterem o número total dos candidatos, os mandatários deverão completá-las no prazo de 2 dias, sob pena de rejeição de toda a lista que se mantiver incompleta.
5. Os mandatários da lista devem assegurar meios de contactos que permitam a sua notificação atempada, sob pena de rejeição da respectiva lista.
6. Findos os prazos referidos nos nºs 2 e 4, o Presidente da Assembleia Geral deverá registar, no prazo de 24 horas, as alterações ou aditamentos efectuados pelos mandatários respectivos em cumprimento das notificações atrás mencionadas.
7. As alterações e/ou correcções acima referidas, só serão consideradas válidas desde que subscritas pelo mandatário da lista em questão e por um membro da Mesa da Assembleia.

Artigo 43º - Publicação das listas provisórias

Findos os prazos previstos no artigo anterior, o Presidente da Assembleia Geral tornará públicas no sítio da internet da SPEM com a indicação provisória:

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

- a) as listas admitidas
- b) as listas rejeitadas

Artigo 44º - Reclamações

1. Das decisões do Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG) relativas à apresentação das candidaturas, poderão reclamar, no prazo de 3 dias após a publicação referida no artigo anterior:

- a) os candidatos
- b) os mandatários das listas

2. O Presidente da MAG decidirá sobre as reclamações, de imediato.

Artigo 45º - Ordenação e afixação das listas

1. A MAG ordenará as listas por ordem de recepção, atribuindo a cada uma delas uma letra maiúscula, devendo esta mesma ordem ser observada nos boletins de voto.

2. Decididas as reclamações, ou, se não as houver, após este prazo, o Presidente mandará afixar uma relação definitiva das listas admitidas.

Artigo 46º - Recursos para campanha

A Direcção disponibilizará às listas concorrentes os contactos dos Associados.

Os restantes recursos de campanha ficam a cargo das listas concorrentes.

Artigo 47º - Assembleia eleitoral

1. A Assembleia Eleitoral compreenderá uma única secção de voto.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

2. Na secção de voto haverá uma Mesa, constituída por:

- a) Um Presidente
- b) Dois Vogais, sendo um o Secretário.

3. Os membros da Mesa deverão ser Associados não candidatos à eleição e escolhidos por acordo entre os mandatários das listas concorrentes.

4. Uma vez constituída, a mesa não poderá ser alterada, salvo caso de força maior, sendo necessária, para a validade das operações eleitorais, a presença do Presidente e de um Vogal.

Artigo 48º - Cadernos eleitorais

1. Os cadernos eleitorais incluem uma lista actualizada dos Associados com capacidade eleitoral.

2. Os cadernos eleitorais ficarão disponibilizados para consulta dos Associados, a partir do dia da convocação das eleições, havendo 10 dias para reclamações ou actualizações.

3. A Mesa da secção de voto disporá de cópia da lista actualizada dos Associados com capacidade eleitoral, a qual funcionará como caderno de recenseamento eleitoral.

Artigo 49º - Funcionamento

1. A Assembleia Eleitoral funcionará, sucessivamente, como:

- a) Assembleia de voto;
- b) Assembleia de apuramento.

Artigo 50º - Meios de votação

1. O Presidente da Assembleia Geral deverá:

- a) remeter a todos os Associados com capacidade eleitoral e com 10 dias úteis de antecedência ao acto eleitoral;
 - i. o boletim de voto;
 - ii. um envelope branco destinado a boletim de voto;

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

- iii. o envelope selado de retorno, que permita identificar o sócio eleitor;
- b) assegurar a garantia do anonimato.

2.A recepção dos votos por correspondência considera-se terminada dois dias úteis antes do acto eleitoral.

Artigo 51º - Direito de voto

O exercicio do direito de voto é facultativo.

Artigo 52º - Boletins de voto

1.Os boletins de voto devem ser em papel opaco, devendo conter:

- a) as letras atribuidas a cada lista, nos termos do artigo 39º;
- b) um quadrado correspondente a cada lista, situado na mesma linha e destinado a ser assinalada a escolha do eleitor.

2. A elaboração dos boletins de voto constitui encargo da **SPEM** através da sua Direcção.

3. Os boletins de voto serão entregues aos eleitores:

- a)os votos por correspondência devem permitir a identificação do sócio eleitor e, em simultâneo, garantir o seu anonimato
- b) ser abertos depois de encerrado o acto eleitoral, já na fase de apuramento.

Artigo 53º - Votação

Cada eleitor, apresentando-se perante a Mesa, indicará o seu nome e apresentará a sua identificação, que será conferido pela Mesa e pelos mandatários das listas.

Artigo 54º - Encerramento da votação

Cabe ao Presidente da Mesa declarar encerrada a votação logo que esteja cumprido o horário previamente estabelecido.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

Artigo 55º – Dúvidas, reclamações e protestos

- 1.As dúvidas, reclamações e protestos deverão ser objecto de deliberação fundamentada da Mesa, tomada por maioria absoluta dos membros presentes, tendo o Presidente voto de desempate, deliberação essa que poderá ser tornada final, se se entender que isso não afeta o andamento normal da votação.
- 2.Caso se entenda que isso afeta o andamento normal da votação ou os resultados eleitorais, a Assembleia será suspensa, devendo o prazo da suspensão ser determinado pela Mesa.

Artigo 56º - Contagem de votos

1.Um dos membros da Mesa deve desbobrar os boletins, um a um, e anunciar em voz alta a lista votada, enquanto outro registará numa folha branca ou em quadro bem visível, separadamente:

- a) os votos de cada lista;
- b) os votos brancos;
- c) os votos nulos.

2. No final, o Presidente agrupará os boletins em lotes separados, por listas votadas, por votos brancos e por votos nulos. Estes boletins de voto serão guardados pelo tempo previsto por Lei;

3. O apuramento será publicado imediatamente em edital, discriminando-se o número de votos de cada lista, o número de votos em branco e de votos nulos.

Artigo 57º - Acta das operações eleitorais

1.Compete ao Secretário da Mesa proceder à elaboração da ata das operações de votação e apuramento.

2.De tal ata deverão constar:

- a) os nomes dos membros da Mesa e dos Mandatários das listas;
- b) a hora de abertura e de encerramento da votação;
- c) as deliberações tomadas pela Mesa durante as operações;
- d) o número total de eleitores inscritos e de votantes;
- e) o número de votos obtidos por cada lista, assim como o de votos em branco e nulos;

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

f) qualquer ocorrência que a Mesa julgue dever mencionar;

3.A Acta será inscrita no livro de actas das Assembleias.

Artigo 58º - Apuramento definitivo

O apuramento definitivo verificar-se-á:

- a) quando não haja reclamações ou protestos pendentes;
- b) quando as reclamações ou protestos não incidirem sobre o resultado da eleição;
- c) quando a Assembleia Geral Extraordinária decida as reclamações ou protestos.

Artigo 59º - Eleição dos membros

Considera-se eleita a lista que obtiver a maioria dos votos, se tal número for superior aos votos brancos.

Artigo 60º - Não eleição dos membros

1.Caso se não se verifique o disposto no artigo anterior, ficam vagos os mandatos em causa.

2.Na hipótese referida no número anterior, haverá nova Assembleia, a qual deverá realizar-se no prazo de noventa dias, devendo observar as seguintes regras:

- a) as listas concorrentes deverão ter nova composição apresentando, pelo menos, um terço de candidatos a cargos efectivos diferente da lista anterior;
- b) os prazos a que se refere este Regulamento poderão ser reduzidos, por deliberação da Mesa da Assembleia que divulgará o calendário eleitoral em conjunto com a Convocatória da Assembleia Geral.

Artigo 61º - Publicação dos resultados

Os resultados eleitorais e a composição completa da lista eleita serão afixados e divulgados, até 3 dias após a realização da votação e serão, no mesmo prazo, remetidos para publicação no sítio da internet da instituição.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

CAPITULO VI – REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO

Artigo 62º - Património

Pertencem ao património da **SPEM** todos os bens móveis, imóveis e direitos doados ou adquiridos.

Artigo 63º - Receitas e despesas

1. Constituem receitas da **SPEM**:

- a) rendimentos dos serviços e bens próprios;
- b) subsídios que lhe sejam concedidos;
- c) quaisquer outras receitas, incluindo donativos, patrocínios, heranças e legados ou outros proventos aceites pela **SPEM**;
- d) quotas de Associados.

2. Constituem despesas da **SPEM** as resultantes do cumprimento dos seus fins estatutários.

CAPITULO VII – EXTINÇÃO

Artigo 64º - Extinção

No caso de extinção da **SPEM** por deliberação da Assembleia Geral, competirá a esta decidir sobre o destino dos bens, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 65º – Liquidação

1. A liquidação do património da **SPEM** decorrente da respectiva extinção será cometida a uma comissão liquidatária.

2. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática de actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

ESTATUTOS

Aprovados em sessão da Assembleia Geral de 29 de Junho de 2019

CAPITULO VIII – DIVERSOS

Artigo 66º - Casos omissos

Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

Os presentes Estatutos foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, realizada para o efeito em vinte e nove de junho de dois mil e dezanove, na Sede da Associação.